

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**DESPESAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA E SUA  
COMPARAÇÃO COM PAÍSES INTERNACIONAIS: UMA  
ANÁLISE PARA O PERÍODO 1994-2014**

---

BRUNO JANSEN LABORNE MARIZ  
Matrícula nº: 107326830

ORIENTADOR: Prof. Antonio Luis Licha

NOVEMBRO 2014

***As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.***

Dedico este trabalho a minha família, a base fundamental na minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

O caminho foi longo.

Agradeço principalmente à minha Família, pelo apoio essencial e incondicional. A cobrança é fundamental para o sucesso. À meu pai, Antônio Mariz, minha querida mãe, Cecília Mariz e às minhas duas irmãs, Taissa e Tatiana. À meus avós, Julio Jansen, Enecy Laborne, Severino Mariz e Emília Mariz.

Agradeço profundamente à minha namorada, Aurora Blotta, que foi minha fonte de inspiração para concluir esse trabalho.

Agradeço a meus amigos do Instituto de Economia da UFRJ: Arthur Storck, Eduardo Saint Martin, Diego Pacheco, Fernando Moura, George Calisto, Luiz Arthur, Pedro Aguiar e Rafael Paes Leme, pela companhia e esforços mútuos para conclusão do curso. Espero esbarrar com brilhantes economistas de hoje em diante.

Agradeço a meus amigos mais próximos, pela força e apoio nos momentos necessários.

Agradeço a meu orientador e mestre Antonio Licha por me fornecer o caminho das pedras durante o desenvolvimento deste trabalho.

Enfim, obrigado a todos que fizeram parte dessa jornada.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução das despesas previdenciárias brasileiras e compará-las a correspondentes países com igual estrutura demográfica e renda. No decorrer do trabalho serão apresentados dados sobre despesas, baseados em estudos de especialistas no assunto, com destaque, principalmente, para *ROCHA e CAETANO (2008)*. Além de dispor de uma resenha parcial do texto, o trabalho agrega visões de diferentes autores, visando reforçar a ideia do alto volume de despesas previdenciárias no Brasil. Ao final do trabalho são apresentadas ideias para uma nova agenda de reformas necessárias para buscar o equilíbrio da previdência nacional.

## ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the Brazilian social security expenses and compare them to corresponding countries with equal income and demographic structure . In the text, will be shown expenditure data, based on studies of experts in the field , focusing primarily on *ROCHA e CAETANO (2008)* . Besides having a partial review of the text , the work brings visions of different authors , aiming to reinforce the idea of the high volume of pension costs in Brazil . At the end of the work are presented ideas for a new agenda of reforms necessary to seek a balance of national security .

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1 - ANÁLISE INSTITUCIONAL.....</b>	<b>9</b>
1.1 SEGURIDADE SOCIAL.....	9
1.2 A PREVIDÊNCIA.....	10
1.2.1 DO PROPÓSITO DOS REGIMES.....	11
1.2.2 ESTRUTURA DE CUSTEIO DO SISTEMA.....	12
1.2.3 DOS BENEFÍCIOS.....	13
1.3 REFORMAS PARAMÉTRICAS.....	16
1.3.1 PRINCIPAIS REFORMAS DO GOVERNO FHC.....	16
1.3.2 PRINCIPAIS REFORMAS DO GOVERNO LULA.....	18
<b>CAPÍTULO 2 - CAUSA DO ALTO VOLUME DE DESPESA.....</b>	<b>19</b>
2.1 A EVOLUÇÃO DA DESPESA PREVIDENCIÁRIA: 1994-2014.....	19
<b>CAPÍTULO 3 - IDEIAS PARA NOVA RODADA DE REFORMAS.....</b>	<b>26</b>
3.1 AS PROPOSTAS.....	26

## ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS

<b>TABELA 1.1:</b> SEGURIDADE SOCIAL.....	9
<b>TABELA 1.2:</b> BASE DE FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	10
<b>TABELA 1.3:</b> RESULTADO RURAL DA PREVIDÊNCIA 2012 E 2013, EM R\$ MILHÕES.....	11
<b>TABELA 1.4:</b> SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO E ALÍQUOTAS - 2014.....	13
<b>TABELA 2.1:</b> REGRAS DE PENSÃO POR MORTE NO BRASIL.....	21
<b>TABELA 2.2:</b> EVOLUÇÃO DA DESPESA COM LOAS E SUA PARTICIPAÇÃO % DO PIB .....	23
<b>TABELA 2.3:</b> IDADE MÍNIMA E DURAÇÃO ESPERADA DE APOSENTADORIA .....	24
<b>GRÁFICO 2.1:</b> RPPS EM % DO PIB.....	19
<b>GRÁFICO 2.2:</b> RGPS EM % DO PIB.....	19
<b>GRÁFICO 2.3:</b> RELAÇÃO DA DESPESA PREVIDENCIÁRIA E DEPENDÊNCIA DEMOGRÁFICA.....	20
<b>GRÁFICO 2.4:</b> RAZÕES DE DEPENDÊNCIA DO BRASIL E GRUPO DE PAÍSES.....	25

## INTRODUÇÃO

Recentemente, nosso sistema vem sendo centro de inúmeros debates, principalmente, acerca de sua sustentabilidade financeira de longo prazo e suas questões de elegibilidade de beneficiários. Mesmo com as recentes reformas paramétricas implantadas nos últimos vinte anos, ainda existe um intenso debate a respeito dos contornos que o sistema previdenciário no Brasil deve assumir.

A partir de 1994 o Plano Real conseguiu acabar com a inflação expressiva que preocupava o país, porém, trouxe consigo um baixo crescimento econômico e aumento das taxas de desemprego. O desemprego levou grande parte da população ao trabalho informal, sem qualquer contribuição para o sistema de previdência social. No entanto, mesmo sem contribuição, a população é passível de benefícios diante de nosso regime solidário a partir da promulgação da Constituição de 1988.

Atualmente o Brasil possui em média 6,5 contribuintes para cada beneficiário. Em 2040 esse número pode chegar a 1,92, acarretando num imenso impacto à sustentabilidade financeira do regime (TAFNER, 2012). A expectativa de vida da população vêm crescendo, o que significa que o tempo durante o qual o benefício é pago tende a crescer, contribuindo assim para o desequilíbrio financeiro do sistema. Nossos gastos previdenciários anuais são de aproximadamente 12% do PIB, extremamente elevado se comparado com a média global.

Em face desse perigoso quadro, ROCHA e CAETANO (2008) concluem que a causa maior dos altos volumes de despesa previdenciária consistem nas solidárias regras de concessão e elegibilidade do Regime Geral de Previdência Social. As considerações serão feitas ao longo do texto.

No Capítulo 1 será feita uma análise institucional da Previdência Social, para melhor compreensão do leitor. No Capítulo 2 será demonstrado o peso das despesas referentes à gastos assistenciais e previdenciários em função do PIB e as devidas comparações internacionais. O Capítulo 3 será dedicado a apresentar algumas ideias de reformas para reduzir o volume alto de despesas a fim de controlar os gastos públicos.

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução das despesas previdenciárias brasileiras e compará-las a correspondentes países com igual estrutura demográfica e renda. No decorrer do trabalho serão apresentados dados sobre despesas, baseados em estudos de especialistas no assunto, com destaque, principalmente, para ROCHA e CAETANO (2008). Além de dispor de uma resenha parcial do texto, o trabalho agrega visões de diferentes autores, visando reforçar a ideia do alto volume de despesas previdenciárias no Brasil.

É importante ressaltar que não será abordado a metodologia adequada de cálculo de déficit/superávit da Previdência Social, presente em debates entre especialistas do tema sobre diferença conceituais de saldo previdenciário<sup>1</sup> (dos chamados estudiosos conservadores) e resultado operacional<sup>2</sup> (dos chamados estudiosos progressistas) divulgadas pelos boletins do INSS.

---

<sup>1</sup> Saldo previdenciário é a diferença entre a arrecadação líquida (recebimentos próprios menos transferências a terceiros e restituições de arrecadação) e benefícios previdenciários.

<sup>2</sup> Resultado operacional é admitida a participação do Estado na apuração do saldo previdenciário, tendo em vista que são preceitos legais.



## CAPÍTULO 1. ANÁLISE INSTITUCIONAL

### INTRODUÇÃO

Neste capítulo será apresentado um breve histórico e o funcionamento da máquina pública no que diz respeito à Previdência Social pós promulgação da Constituição de 1988. Serão abordadas suas características e peculiaridades à margem das despesas e as duas reformas instituídas nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso.

#### 1.1 SEGURIDADE SOCIAL

Após a promulgação da Constituição de 1988 **Título XVIII**, de acordo com o **Art. 194** o sistema de seguridade social é destinado a proteger a todos os cidadãos em todas as necessidades e organizado em três grupos. Os componentes da seguridade são a saúde - englobando todas as políticas de prevenção e combate a contingências relacionadas a saúde - a assistência social - voltado para o atendimento das necessidades básicas aos cidadãos, garantindo uma renda mínima existencial e de caráter não contributivo - e a previdência social, benefício de caráter contributivo, a fim de assegurar a renda ao trabalhador oficialmente inscrito no mercado formal de trabalho.

**TABELA 1.1: SEGURIDADE SOCIAL**

Contributivo	Não Contributivo	
<i>Previdência</i>	<i>Assistência Social</i>	<i>Saúde</i>
Regime Geral Regime Próprio Regime Complementar	Políticas Assistenciais Bolsa Família	SUS
Ministério da Previdência Social	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	Ministério da Saúde

Fonte: Elaborado pelo Próprio autor.

No que diz respeito ao seu financiamento da Seguridade Social, estabeleceu-se o **Art. 195** da **CF Título XIII**. Nele, observa-se a delegação da responsabilidade de financiamento do sistema para todos os entes envolvidos, sendo eles: os trabalhadores - via alíquota sobre sua remuneração laboral -, os empresários - via alíquota sobre o montante da folha de salários paga aos funcionários e alíquota sobre as receitas ou faturamento de seu negócio, como também sobre o lucro (CSLL) - e o Estado, tanto na forma direta, por meio de contribuições como indiretamente, por meio da execução fiscal, consagrando assim o "*Sistema Tripartite de Financiamento*".

A diversificação da base de financiamento estabelecida pela Constituição de 88, com a inclusão de contribuições sociais que incidem sobre o faturamento, o lucro, a apuração das loterias tornou o sistema de seguridade social menos vulnerável ao ciclo econômico, fazendo com que toda sociedade contribuísse para a manutenção das três áreas. (GENTIL, 2006). O sistema tripartite foi instituído para que o orçamento da Seguridade não ficasse dependente das receitas provenientes das contribuições sobre a folha salarial - como era pré-Constituição de 88 -, já que a massa salarial é a variável que mais se contrai em períodos de redução dos níveis de atividade econômica.

A tabela 1.2 fornece exemplos de contribuintes, suas respectivas alíquotas compulsórias e bases de incidência. Devido a lista ser extensa e existirem inúmeras regras peculiares, foi elaborado apenas alguns exemplos extraídos do site da Receita Federal.

**TABELA 1.2: BASE DE FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

CONTRIBUIÇÃO	ALÍQUOTAS E BASE DE INCIDÊNCIA
<i>Empresas, exceto financeiras</i>	20% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas 15% sobre o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços
<i>Empresas financeiras</i>	22,5% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas
<i>Produtor Rural</i>	2,5% sobre o total da receita bruta proveniente da comercialização da produção rural;
<i>Empregador Doméstico</i>	12% do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço.
<i>Empregado Doméstico</i>	8%, 9% ou 11% sobre o salário-de-contribuição.
<i>Contribuinte individual (trabalhador autônomo)</i>	20% sobre o efetivo percebido pelo exercício de sua atividade por conta própria
<i>COFINS</i>	7,6% sobre lucro real, ou 3% sobre faturamento
<i>CSLL</i>	9% sobre pessoas jurídicas em geral e 15% sobre instituições financeiras

Elaborado pelo autor. Fonte: Site da Receita Federal, 2014

Portanto, a união da contribuição compulsória ao sistema da previdência com a política fiscal exercida pelo Estado resultam no orçamento final da Seguridade Social. Em 2012, o volume de receitas da Seguridade Social foi de R\$ 590 bilhões<sup>3</sup>.

## 1.2 A PREVIDÊNCIA

A Previdência Social é responsável por assegurar a renda dos trabalhadores e de seus dependentes quando da perda da capacidade de trabalho. Ela é supervisionada pelo Ministério da Previdência Social e suas funções e políticas são administradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - doravante, INSS - que tem por finalidade promover o reconhecimento de direito ao recebimento de benefícios e executá-lo.

A partir de 1988 a Previdência Social sofreu diversas mudanças. Conforme o **Art. 2º da Lei Nº 8.213/Jul-91**, nota-se grande avanço de acordo com a universalidade de cobertura, paridade dos benefícios entre as populações rurais e urbanas, preservação do poder aquisitivo anualmente, via indexação ao salário mínimo, e correção pelo INPC. Tais mudanças oficializaram o benefício previdenciário como direito estabelecido em lei.

Estabelecida a paridade entre população rural e urbana e indexação ao salário mínimo, os valores dos salários de benefícios aumentaram para praticamente todos os riscos cobertos. Tais medidas, mesmo sem nenhum tipo de contribuição anterior pelos rurais, oneraram significativamente o orçamento do sistema. Particularmente sobre a aposentadoria rural, ainda passou a exigir-se uma idade mínima menor aos beneficiários do que as aposentadorias equivalentes no setor urbano, evidenciando o caráter paternalista do sistema. Na tabela 1.3, abaixo, observa-se a insustentabilidade da paridade. O período em destaque (2012-2013) não altera o resultado observado, visto que em todos os anos analisados houveram enormes déficits primários. A tabela demonstra um déficit considerável de 65 milhões e 74 milhões, respectivamente.

<sup>3</sup> Fonte: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil [www.anfip.org.br](http://www.anfip.org.br)

**TABELA 1.3: RESULTADO RURAL DA PREVIDÊNCIA 2012 E 2013, EM R\$ MILHÕES**

Item	2012	2013
Arrecadação Líquida Rural	5.763,10	6.156,00
Despesa com Benefícios Previdenciários Rural	71.135,40	80.354,50
<b>Resultado Previdenciário</b>	<b>-65.372,20</b>	<b>-74198,5</b>

Fonte: Resultado RGPS, 2013

O caráter ainda é mais evidente quando da criação da **Lei nº 8.742/Dez-93** e o surgimento da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) visando garantir um salário mínimo para pessoas idosas e/ou deficientes com renda familiar per capita menor que 1/4 do salário mínimo. Mesmo com esses dispositivos para amenizar as diferenças da distribuição de renda, existe um consenso entre diversos autores que esses mecanismos têm falhado no atendimento aos mais pobres<sup>4</sup>. Porém não é o foco de nosso trabalho avaliar tais impactos

### 1.2.1 DO PROPÓSITO DOS REGIMES

No Brasil, há principalmente três regimes previdenciários. O *Regime Geral da Previdência* (RGPS) é administrado pelo INSS e cobre principalmente os trabalhadores privados de carteira assinada ou de natureza autônoma. De acordo com o último Anuário Estatístico disponível em 2012<sup>5</sup>, haviam 27,7 milhões de pessoas recebendo benefícios do INSS. A maioria, 92,3%, recebia apenas um benefício; 7,7% recebiam dois benefícios; e, 0,1% recebiam 3 ou mais benefícios. Com relação às pessoas que receberam benefícios do RGPS, que excluem os benefícios assistenciais, no mesmo período havia 23,7 milhões de pessoas. Onde destes, 91,0%, recebia apenas um benefício; 9,0% recebiam dois benefícios; e, 0,1% recebiam 3 ou mais benefícios. Dado esses número percebemos a possibilidade de acumulação de benefícios pelos beneficiários, por exemplo: acumulação de uma pensão com uma aposentadoria. Do ponto de vista das despesas, isso onera ainda mais o orçamento previdenciário. Em comparação a outros países, há redução ou até mesmo impossibilidade de acumulação, evidenciando uma falha nas regras institucionais da Previdência nacional.

O *Regime Próprio de Previdência Social* (RPPS) é assegurado exclusivamente aos servidores públicos da União, no âmbito Federal, Estadual e Municipal. De acordo com o AEPS 2012, da quantidade total de servidores vinculados, cerca de 22% são de cargo federal, cerca de 26% são de âmbito municipal e em torno de 51% são dos Estados. Dos 9,44 milhões de indivíduos vinculados, 63% são servidores ativos e 37% são representados por aposentados e pensionistas, ou seja, 3,5 milhões de servidores recebendo benefícios do RPPS. Comparando esse número com os beneficiários do RGPS, corresponde-se a 7,9% do volume total de beneficiários no Regime Geral.

Por último, o *Regime de Previdência Complementar* (RPC), de natureza facultativa e capitalizada. No Brasil o RPC é organizado em dois segmentos: o segmento operado pelas entidades abertas – com acesso individual - e o segmento operado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), também conhecidas como fundos de pensão.. O RPC é complementar ao sistema geral de previdência, de caráter não compulsório. Seus recursos provêm das contribuições voluntárias dos participantes, nas entidades abertas, e das contribuições dos trabalhadores e das empresas, no caso das entidades fechadas.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, Barros e Carvalho (2005) e Barros, Henrique e Mendonça (2000)

<sup>5</sup> Atualmente, em 2014, o número de beneficiários está em 31,5 milhões

Este trabalho dará uma ênfase maior ao RGPS, pois conforme TAFNER (2012): "A despesa do RPP, após crescer consistentemente até 1994 - como consequência da implementação do preceito constitucional - permaneceu estável desde então. O mesmo não aconteceu com os gastos do INSS, que cresceram constantemente durante todo o período". Tais dados serão analisados posteriormente.

## 1.2.2 ESTRUTURA DE CUSTEIO DO SISTEMA

Dentre os modelos de custeio do sistema existentes, pode-se destacar o Regime de Capitalização e o de Repartição Simples. O *Regime de Capitalização* - doravante, RPC - consiste na acumulação de ativos de uma geração, que serão posteriormente utilizados no pagamento de suas aposentadorias e pensões, no momento de usufruto do benefício. Neste tipo de regime as contribuições são semelhantes a depósitos que somadas a um rendimento por meio de juros equalizam o montante final à ser pago ao beneficiário. "O benefício é definido e contratado quando se inicia a adesão ao plano. Esse valor pode ser fixo ou guardar alguma correspondência com as contribuições realizadas pelo segurado" (TAFNER, 2007).

O *Repartição Simples* consiste na contribuição das gerações mais novas para pagar os benefícios da geração idosa. Ou seja, as contribuições previdenciárias da população economicamente ativa somarão o montante a ser repassado - via aposentadorias, pensões e auxílios - ao contingente amparado. Neste tipo de estrutura, o sistema se mostra superavitário desde que as receitas do sistema ultrapassem o volume de despesas distribuídas aos beneficiários. Portanto, para equilibrar as contas, deve haver alto índice de formalização do trabalho e população jovem ser relativamente maior que a população mais velha, aumentando assim o volume de contribuições.

No entanto, o regime de repartição é vulnerável numa eventual desaceleração econômica que ocorreu logo após a implementação do Plano Real, reduzindo a criação de empregos formais e consequentemente a arrecadação do sistema. Outro fator não menos importante é a inversão de crescimento da pirâmide demográfica apresentada nos últimos anos. A população brasileira está envelhecendo e a taxa de natalidade vem decrescendo, elevando a dependência demográfica. O sistema hoje, necessita de reformas para se adequar a evolução demográfica e elevar a taxa de formalização laboral.

É frequente a existência simultânea dos dois tipos de regime previdenciários. Para os cidadãos que desejam receber acima do teto previdenciário, existe a opção de filiação ao Regime de Capitalização. A ideia é que a renda auferida complemente a recebida pelo RGPS, de modo que o rendimento na inatividade se aproxime daquele obtido na fase ativa (AMARO, 2011). A **Lei nº 12.618 de Abril/2012**, instituiu o RPC para os servidores públicos federais, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e Tribunal de Contas da União admitidos após 04/02/2013. O servidor entrante passará a contribuir para o RPPS com 11% sobre sua remuneração e sua aposentadoria será limitada ao teto do RGPS. A adesão às EFPCs - que irão administrar e executar os planos de benefícios - é facultativa. O servidor que optar por participar do regime complementar, receberá dois benefícios previdenciários: o benefício do RPPS e outro proveniente do RPC<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Para maiores informações: <http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previdencia-complementar-dos-servidores-publicos-federais/>. Acessado em Outubro/2014.

### 1.2.3 DOS BENEFÍCIOS

Dentre o leque de benefícios disponíveis e administrado pelo INSS, existem dois grupos principais: o grupo das aposentadorias e o de auxílio. Antes de apresentar resumidamente tais benefícios, abaixo seguem-se definições importantes de salário de contribuição, salário de benefício e renda mensal inicial.

Entende-se por *salário de contribuição*, a base de cálculo para incidência das alíquotas do INSS entre o limite mínimo (salário mínimo) e máximo (R\$ 4.390,24)<sup>5</sup>, teto que representa, atualmente, cerca de 6,1 salários mínimos. De acordo com **Art. 29-B** da **Lei 8.213/91**, os salários de contribuição considerados no cálculo do valor do benefício serão corrigidos mês a mês de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

**TABELA 1.4 - SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO E ALÍQUOTAS: 2014**

Salário de Contribuição	Alíquotas (%)
até R\$ 1.317,07	8,00
de R\$ 1.317,08 até R\$ 2.195,12	9,00
de R\$ 2.195,13 até R\$ 4.390,24	11,00

Fonte: (Previdência, 2014)

O *salário de benefício* é calculado com base no salário de contribuição e é utilizado para o cálculo da renda mensal inicial e conforme **Art. 29 § 2º** da mesma lei, o valor do salário de benefício não será inferior ao de um salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário de contribuição na data de início do benefício.

A *renda mensal inicial* (RMI) é a parcela a ser paga ao segurado do INSS, que é efetivamente calculada aplicando-se uma alíquota sobre o salário de benefício. Logo, também é válida a lei que o montante do RMI não será inferior ao salário mínimo nem superior ao limite do máximo do salário de contribuição, conforme o **Art. 33**.

Vejamos os principais benefícios concedidos pelo INSS:

No grupo das aposentadorias, pode-se citar:

#### **- Aposentadoria por Idade**

É importante ressaltar que é garantido aos assegurados que solicitam aposentadoria por idade optar pela não aplicação do fator previdenciário.

**Fórmula do Benefício:** 70% do salário de benefício, mais 1% deste por grupo de 12 contribuições, não podendo ultrapassar 100% do salário de benefício.

**Condições para habilitação:** Têm direito ao benefício os trabalhadores urbanos com 60 anos de idade para mulheres e 65 anos para homens, reduzida em 5 anos para trabalhadores rurais

**Amplitude do Benefício:** fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado com reversão em pensão por morte aos dependentes legalmente habilitados.

#### **- Aposentadoria por Tempo de Contribuição**

**Fórmula do Benefício:**

Integral: 100% do salário de benefício

Proporcional: 70% do salário de benefício, acrescido de 5% por ano de contribuição, contados a partir do momento em que o segurado cumprir os requisitos para se aposentar com proventos proporcionais.

**Condições para habilitação:** Pode ser integral ou proporcional. Para ter direito à aposentadoria integral, o trabalhador homem deve comprovar pelo menos 35 anos de contribuição e a trabalhadora mulher, 30 anos. Para requerer a aposentadoria proporcional, o trabalhador tem que combinar dois requisitos: tempo de contribuição e idade mínima

**Amplitude do Benefício:** fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado com reversão em pensão por morte aos dependentes legalmente habilitados.

#### **- Aposentadoria por Invalidez**

**Fórmula do Benefício:** 100% do salário de benefício. O segurado que necessitar de assistência permanente terá direito a um acréscimo de 25% no valor do seu benefício.

**Condições para habilitação:** o segurado que for considerado pela perícia médica da Previdência Social incapacitado para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência tem direito a este benefício. Não é concedida aposentadoria por invalidez ao segurado que, ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, já era portador da doença ou da lesão que geraria o benefício, salvo quando a incapacidade decorreu de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

**Amplitude do Benefício:** fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado com reversão em pensão por morte aos dependentes legalmente habilitados.

No grupo dos auxílios, destacam-se:

#### **- Auxílio Doença**

**Fórmula do Benefício:** 91% do salário-de-benefício

**Condições para habilitação:** o segurado que estiver incapacitado para seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos tem direito a perceber este benefício. Não é concedido auxílio-doença ao segurado que, ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, já era portador da doença ou da lesão que geraria o benefício, salvo quando a incapacidade decorreu de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

**Amplitude do Benefício:** fluxo de renda paga mensalmente até que o segurado seja considerado hábil para o desempenho de uma atividade remunerada. Caso isso não ocorra, o segurado será aposentado por invalidez.

#### **- Salário Família**

**Fórmula do Benefício:** O valor mensal da cota por filho ou equiparado é \$ 35,00<sup>7</sup> para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 682,50 e de R\$ 24,66 para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 682,50 e igual ou inferior a R\$ 1.025,81.

**Condições para habilitação:** O salário-família é devido ao segurado empregado, exceto o doméstico, e ao trabalhador avulso, tanto na condição de ativo como na de aposentado por idade ou por invalidez e aos demais aposentados aos 65 anos de idade, se do sexo masculino, e aos 60 anos de idade, se do sexo feminino, ou, ainda, em gozo de auxílio-doença, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, de até 14 anos de idade, ou de qualquer idade se inválido.

---

<sup>7</sup> Valores de Janeiro/2014

**Amplitude do Benefício:** renda mensal temporária paga até que todos os filhos completem 14 anos ou fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado no caso de filho inválido.

#### **- Salário Maternidade**

**Fórmula do Benefício:** No caso de segurada empregada e trabalhadora avulsa, 100% da remuneração integral que vinha percebendo. No caso de segurada doméstica, 100% do último salário de contribuição. No caso de segurada especial, 1 (um) salário mínimo. Para as demais seguradas, 1/12 da soma dos 12 últimos salários de contribuição, apurados em um período não superior a 15 meses.

**Condições para habilitação:** comprovação da gravidez, sendo a renda devida a partir do 28º dia antes do parto. Em se tratando da contribuinte individual e da segurada facultativa, é exigida a carência de 10 (dez) contribuições mensais para concessão do benefício, reduzida no mesmo número de meses em que o parto tenha sido antecipado.

**Amplitude do Benefício:** Renda mensal temporária por 120 dias.

#### **- Pensão por Morte**

**Fórmula do Benefício:** 100% da aposentadoria que o segurado vinha recebendo ou daquela a que o participante teria direito caso se aposentasse por invalidez.

**Condições para habilitação:** Será concedida aos dependentes do segurado falecido, aposentado ou não, estabelecidos na forma da lei.

**Amplitude do Benefício:** Fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado ou temporária dependendo do tipo de dependente. Reverterá a favor dos demais dependentes a parte daquele cujo direito à pensão cessar.

#### **- Auxílio Reclusão:**

**Fórmula do Benefício:** 100% da aposentadoria a que o segurado teria direito caso se aposentasse por invalidez, nos mesmos moldes da pensão por morte.

**Condições para habilitação:** será concedido aos dependentes do segurado recolhido à prisão e desde que este não receba remuneração da empresa nem esteja em gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria e cujo salário-de-contribuição seja, a partir de 1º de janeiro de 2012, igual ou inferior a R\$ 915,052.

**Amplitude do Benefício:** renda mensal temporária paga pelo tempo que o segurado estiver recluso. Reverterá a favor dos demais dependentes a cota daquele cujo direito ao benefício cessar.

#### **- Auxílio Acidente**

**Fórmula do Benefício:** 50% do salário-de-benefício que deu origem ao auxílio-doença do segurado, corrigido até o mês anterior ao do início do auxílio acidente.

**Condições para habilitação:** será concedido, como indenização, ao segurado empregado, exceto o doméstico, ao trabalhador avulso, ao segurado especial e ao médico-residente quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar seqüela definitiva que implique redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exerciam.

**Amplitude do Benefício:** fluxo de renda paga mensalmente até a concessão de uma aposentadoria ou falecimento do segurado.

## **- Amparos Assistenciais - LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social)**

O nome constitucionalmente correto é *Benefício Assistencial de Prestação Continuada*. É um benefício da assistência social, cuja a operacionalização do reconhecimento do direito é do INSS e assegurado por lei. Ou seja, não faz parte dos benefícios da Previdência, porém é alvo de debates em praticamente todos os estudos sobre despesas previdenciárias.

**Fórmula do Benefício:** Salário Mínimo

### **Condições para habilitação:**

IDOSO: deverá comprovar que possui 65 anos de idade ou mais, que não recebe nenhum benefício previdenciário, ou de outro regime de previdência e que a renda mensal familiar per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo vigente.

Pessoa com Deficiência: deverá comprovar que a renda mensal do grupo familiar per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo, deverá também ser avaliado se a sua deficiência o incapacita para a vida independente e para o trabalho.

**Amplitude do Benefício:** fluxo de renda paga mensalmente até a morte do segurado. O benefício é intransferível e, portanto não gera pensão aos dependentes, além de não receber o abono anual (13º salário) e não estar sujeito a descontos de qualquer natureza.

## **1.3 REFORMAS PARAMÉTRICAS**

### **1.3.1 PRINCIPAIS REFORMAS DO GOVERNO FHC**

No ano de 1995, o governo de FHC encaminhou ao Congresso Nacional a *Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 33/95*, alterando os regimes tanto dos trabalhadores do setor privado quanto dos servidores públicos. A aprovação da PEC concluiu-se somente em 1998, via a *Emenda Constitucional (EC) nº 20*. Tais mudanças foram reformas paramétricas<sup>8</sup>.

A grande alteração verificou-se nas condições de acesso aos benefícios. Passou-se a exigir tempo efetivo de contribuição, e não mais o simples tempo de serviço sem contrapartida contributiva.

A *Lei 9.876/99* criou uma nova regra de cálculo com o Fator Previdenciário com a finalidade de desestimular aposentadorias precoces. Esta nova fórmula do valor dos benefícios alterou o desenho do plano previdenciário do RGPS. A base de cálculo do benefício deixou de ser a média dos últimos 36 salários de contribuição e passou a tomar como base a média de 80% dos maiores salários de contribuição desde Jul/94<sup>9</sup>, multiplicada pelo Fator Previdenciário, que varia de acordo com a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado.

"Ao buscar equalizar o período de contribuição para cada segurado com o tempo médio de recebimento do benefício (expectativa de sobrevida), confere maior equilíbrio ao fluxo de caixa do sistema previdenciário, na medida em que, o segurado que se aposenta precocemente recebe, em contrapartida, menor aposentadoria" (AMARO, 2011).

---

<sup>8</sup> Denominam-se reformas estruturais aquelas que alteram a forma de financiamento de um regime previdenciário, de repartição para capitalização. As demais reformas classificam-se como reformas paramétricas.

<sup>9</sup> A principal razão para escolher o ano de 1994 como período base de uso dos salários de contribuição foi o fim de período de hiperinflação, decorrente do Plano Real.



Abaixo a fórmula do Fator Previdenciário estabelecido:

$$f = \frac{T_c \cdot a}{E_s} \cdot \left[ 1 + \frac{(I_d + T_c \cdot a)}{100} \right]$$

Sendo,

*f* = fator previdenciário

*E<sub>s</sub>* = expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria

*T<sub>c</sub>* = tempo de contribuição até o momento da aposentadoria

*I<sub>d</sub>* = idade no momento da aposentadoria

*a* = alíquota de contribuição correspondente a 0,31

"Podemos separar a equação do fator previdenciário em duas partes. A primeira onde o tempo de contribuição é multiplicado pela alíquota contributiva e dividido pela expectativa de sobrevida do segurado na data da aposentadoria, equaliza-se o período de contribuição de cada segurado com o tempo médio de recebimento do benefício. Na segunda parte, os recursos acumulados ao longo do período de contribuição do segurado são capitalizados por uma espécie de taxa de juros que cresce com a permanência do segurado em atividade, de modo que a aposentadoria é maior para aquele que permanece trabalhando por mais tempo" (AMARO, 2011).

"Podemos separar a equação do fator previdenciário em duas partes. A primeira onde o tempo de contribuição é multiplicado pela alíquota contributiva e dividido pela expectativa de sobrevida do segurado na data da aposentadoria, equaliza-se o período de contribuição de cada segurado com o tempo médio de recebimento do benefício. Na segunda parte, os recursos acumulados ao longo do período de contribuição do segurado são capitalizados por uma espécie de taxa de juros que cresce com a permanência do segurado em atividade, de modo que a aposentadoria é maior para aquele que permanece trabalhando por mais tempo" (AMARO, 2011).

Delgado et al. (2006) avalia a implantação do Fator Previdenciário. Os autores concluem que houve quatro resultados principais: a redução no fluxo de aposentadorias por tempo de serviço, aumento na idade média e no período contributivo dos aposentados e a redução nas aposentadorias por tempo de contribuição em relação ao estoque total de benefícios. Como resultado, no quinquênio 2000-2004 houve uma redução média de 11,1% nos dispêndios com as aposentadorias por tempo de contribuição (AFONSO, ZYLBERSTAJN e SOUZA, 2006).

Um segundo ponto fundamental na reforma se deu no RPPS. Estabeleceu-se idade mínima de aposentadoria de 60 anos para homem e 55 para mulheres, para os novos entrantes, ou seja, para aqueles que vierem a ingressar no mercado de trabalho após a aprovação da emenda. Logo, o impacto dessa medida se dará no médio longo prazo.

### 1.3.2 PRINCIPAIS REFORMAS DO GOVERNO LULA

No ano de 2003, o governo de Lula encaminhou ao Congresso Nacional a **PEC nº 40/03**, dessa vez mais focada em reformas no âmbito do RPPS, atingindo pouco o RGPS. A aprovação da PEC se deu no mesmo ano formalizando a **EC nº 41/03**.

A **EC nº 41** impôs modificações severas nos critérios de elegibilidade e nas fórmulas de concessões de benefícios ao criar regras mais rígidas para os servidores públicos, pondo fim, por exemplo a paridade<sup>10</sup> de reajuste dos servidores ativos e inativos.

Outra reforma importante foi a implementação de uma taxaço dos servidores inativos e dos pensionistas em 11% da parcela que excede um mínimo de isenço, visando aumentar a arrecadaço do sistema. A medida abrangeu inclusive servidores já aposentados anteriormente a aprovaço da **EC nº 41**.

A Emenda determinou que a aposentadoria integral para os servidores públicos somente seria viabilizada quando cumpridos os critérios de idade mínima de 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres), 35 anos de contribuico (homens) e 30 anos (mulheres) e 20 anos de serviço público. Ou, os servidores que não cumprirem o critério citado, poderiam se aposentar pela média das contribuicoes que fizeram a Previdêcia.

Estabeleceu-se limite para aposentadoria do setor público federal (Executivo, Legislativo e Judiciário) estabelecendo um valor máximo. Outro ponto fundamental foi o aumento do teto de contribuico do INSS o que ocasionou um efeito de curto prazo da elevaço da arrecadaço do regime.

Porém dois anos após a aprovaço da **EC nº 41/03**, encaminhou-se outra proposta de reforma previdenciária ao Congresso que resultou na aprovaço da **EC nº 47/05**. Esta nova emenda voltou atrás às regras previamente estabelecidas e devolveu aos servidores públicos ativos a tão desejada paridade aos reajustes dos benefícios. Os ingressantes após a reforma não teriam direito a paridade.

Observa-se que novamente, as reformas apresentadas pelo Governo Lula foram estritamente paramétricas, não havendo qualquer alteraço estrutural em nosso sistema previdenciário.

---

<sup>10</sup> A paridade nada mais é o reajuste da aposentadoria ou pensão de um inativo no mesmo momento e na mesma proporço daqueles que um funcionário ativo que ocupe o cargo em que se efetivou sua aposentadoria.

## CAPÍTULO 2. AS CAUSAS DO ALTO VOLUME DE DESPESA

### INTRODUÇÃO

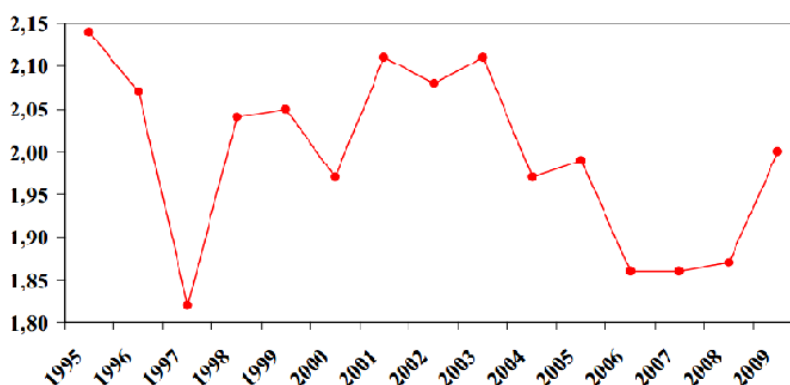
As reformas de 1998 e 2003, apesar de não representarem uma mudança estrutural do sistema previdenciário, foram altamente expressivas e certamente conseguiram avançar no sentido de controlar os gastos do sistema. Sem as mudanças realizadas durante o período o crescimento do volume de despesas seria ainda maior. Veremos agora a situação atual de previdência do Brasil através de um estudo do IPEA comparando dados nacionais com dados internacionais de previdência.

### 2.1 A EVOLUÇÃO DA DESPESA PREVIDENCIÁRIA: 1994-2014

Em primeiro lugar abordaremos a evolução recente das despesas previdenciárias e, posteriormente, as comparamos ao resto do mundo. Podemos citar três fatores principais que contribuíram para a elevação dos gastos do INSS: a) aumento real do salário mínimo dos últimos 20 anos; b) expansão dos benefícios de cunho social c) afrouxamento das regras de elegibilidade. No longo prazo, um quarto fator está em extrema evidência, podendo comprometer a sustentabilidade do sistema devido a sua metamorfose constante: a estrutura demográfica de nossa pirâmide. (TAFNER, 2012)

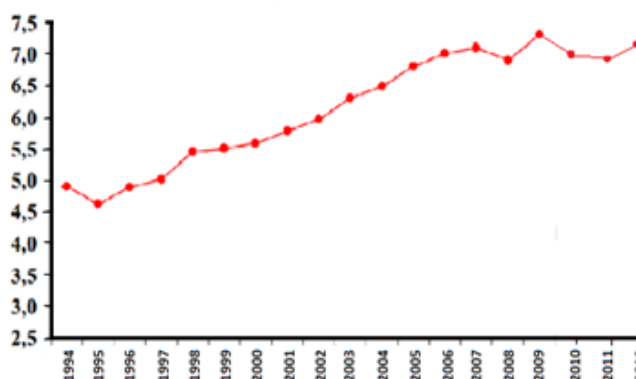
Os gráficos abaixo apresentam os gastos previdenciários do RGPS até 2012 e do RPPS em função do PIB até 2009.

GRÁFICO 2.1: RPPS EM % DO PIB



Fonte: Giambiagi (2009)

GRÁFICO 2.2: RGPS EM % DO PIB



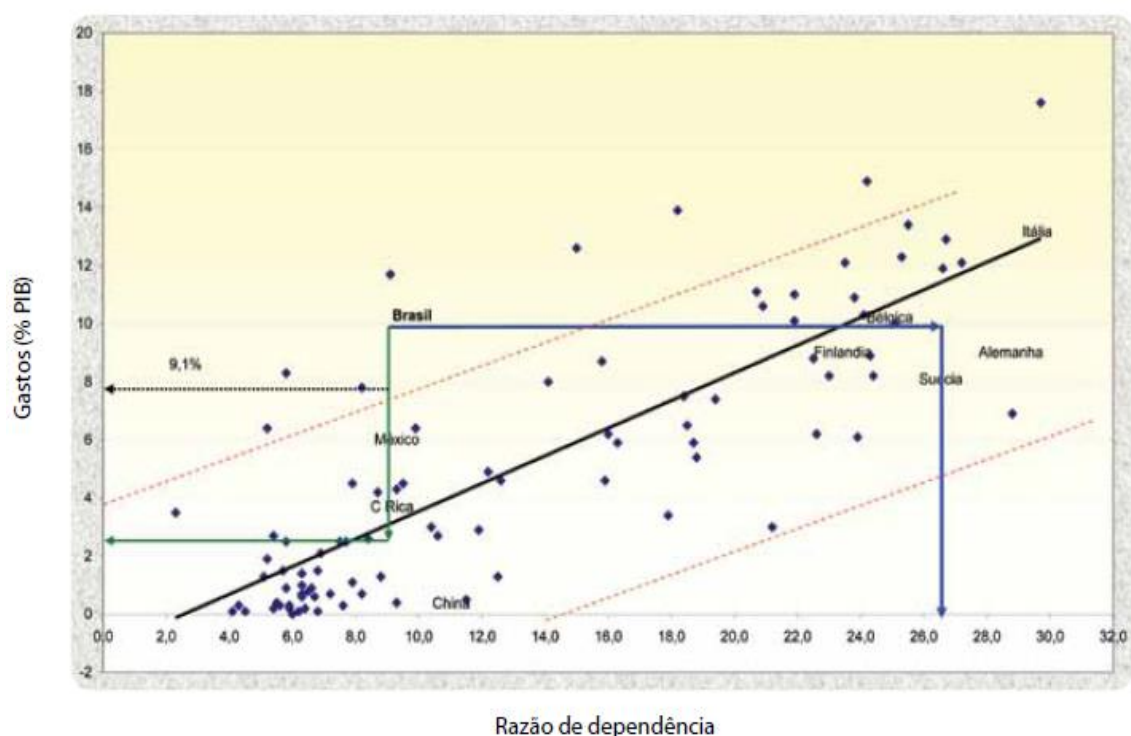
Fonte: Giambiagi (2009). Adaptado pelo autor.

Percebe-se que os gastos com o RPPS se mantiveram praticamente constantes em função do crescimento do PIB ao longo do período, enquanto os gastos com INSS aumentaram consideravelmente. Ou seja, mesmo com as reformas paramétricas dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula a despesa previdenciária continuou seu percurso ascendente. As despesas previdenciárias somadas flutuam em torno de 10% do PIB. Os gastos com INSS cresceram consistentemente, representando hoje 20% do orçamento federal, de acordo com o PDLO<sup>11</sup> 2014.

Dado a evolução do RGPS como o ponto de partida, para iniciar as comparações internacionais, apresenta-se no gráfico abaixo a correlação entre despesa previdenciária e a estrutura demográfica dos países. Uma vez que o equilíbrio financeiro do regime previdenciário é determinado dentre outros fatores, pela relação entre contribuintes e previdenciários, o comportamento da razão de dependência é particularmente importante para a previdência social (BELTRÃO, CAMARANO, 1999).

O gráfico 2.3 apresenta a despesa previdenciária em % do PIB em relação a dependência demográfica de 77 países<sup>12</sup>. É natural que países com maior razão de dependência demográfica apresentem despesas previdenciárias mais elevadas porque contam com uma população, em termos relativos, mais idosa e menos jovem. Ou seja, menos contribuintes para mais favorecidos (ROCHA, CAETANO, 2008).

**GRÁFICO 2.3: RELAÇÃO DA DESPESA PREVIDENCIÁRIA E DEPENDÊNCIA DEMOGRÁFICA DE 77 PAÍSES, INCLUINDO O BRASIL**



Fonte: Banco Mundial

<sup>11</sup> Projeto de Lei Orçamentária 2014

<sup>12</sup> Dependência demográfica é a razão entre a população +65 e a população entre 15-64 anos.

Observa-se que, de fato, há correlação positiva entre dependência demográfica e despesa previdenciária tal como mostra a reta de regressão. Porém, o Brasil destaca-se como ponto fora da curva. No gráfico 2.3, a linha azul mostra que nosso país ainda é jovem, com razão de dependência demográfica inferior a 10% mas seu gasto previdenciário, superior a 11% do PIB equivale a de um país idoso. Observa-se também, que nações com estruturas demográficas similares à do Brasil gastam com previdência em torno de 4% do PIB, enquanto países com despesas similares ao do Brasil possuem uma razão de dependência em torno de 27%. As linhas verdes indicam que para a razão de dependência atual brasileira, deveríamos ter gastos menores que 3% do PIB em termos médios (TAFNER, 2012).

Em suma, países com a composição demográfica brasileira despendem 1/3 do que o Brasil gasta, enquanto nações que destinam quantias semelhantes são três vezes mais velhas. Nem mesmo as margens de erro estatísticas explicam o tamanho do dispêndio brasileiro com Previdência Social em comparação à outros membros da OCDE.

ROCHA e CAETANO (2008) avaliaram ainda se alguma categoria de benefício<sup>13</sup>, seja a programada ou seja a de risco, seria em particular responsável pelo comportamento destoante das despesas. Eles constataram que o excesso de gastos não é intrínseco a um único benefício. O Brasil encontra-se acima da média em todas as categorias de benefícios, em comparação a países com mesma dependência demográfica.

Merece atenção as pensões por morte que representam quase o triplo em percentual do PIB, daquele observado em outros países. O Brasil gasta 3% do nosso PIB com esses benefícios enquanto a média mundial é de cerca de 1% (ROCHA e CAETANO, 2008).

**TABELA 2.1: REGRAS DE PENSÃO POR MORTE NO BRASIL EM COMPARAÇÃO AO RESTO DO MUNDO**

RESTRIÇÕES	BRASIL	RESTO DO MUNDO
Período Contributivo Mínimo	Não há.	Exigência de um período mínimo de contribuição
Estado Civil	Não necessita ser casado.	Exigência de um período mínimo de união
Idade	Não há limite mínimo de idade.	Restrição aos pensionistas mais jovens < 45 anos
Novo Matrimônio	Pensão se mantém inalterada.	Extingue-se o direito após novo casamento

Fonte: CAETANO (2011)

A não exigência de um período contributivo mínimo<sup>14</sup> por parte do segurado, assim como a possibilidade de receber pensão em qualquer idade<sup>15</sup>, ou mesmo a manutenção do benefício após novo casamento permitem que o número de beneficiários de pensão por morte no Brasil seja mais expressivo que noutras nações (CAETANO, 2011).

As regras de cálculo do benefício também são consideradas ponto fora da curva. Em diversos países internacionais o montante da pensão é definido com base no número de beneficiários dependentes - por exemplo, se existir apenas um dependente o benefício é reduzido em 30%, sendo acrescido em 10% por beneficiário existente até o teto de 100%. No Brasil não existe

<sup>13</sup> Os benefícios programados estudados são: a aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de contribuição; e, os benefícios de risco são: a aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

<sup>14</sup> Na Espanha, é preciso que o segurado tenha pelo menos 15 anos de contribuição, ou no mínimo 500 dias de contribuição nos últimos 5 anos.

<sup>15</sup> Na Alemanha, por exemplo, há restrição a viúvas(os) com menos de 45 anos. Na França, há restrição para cidadãos menores de 52 anos e renda superior a 15 mil euros para o pagamento de pensão por morte.

qualquer tipo de restrição em relação a dependentes beneficiários. Outro ponto, é a permissão de acumulação da pensão com outro benefício programado, ou salário decorrente de trabalho, sem qualquer tipo de redução do valor da pensão por morte. No resto do mundo há redução ou até a restrição de acumular pensão com aposentadorias ou salários (CAETANO, 2011).

TAFNER (2006) evidenciou, que do total de pessoas que recebem pensão, 17% recebem também aposentadoria, 22% recebem renda do trabalho e outros 5% recebem aposentadoria e trabalham. Apenas 16% dos indivíduos que recebem pensão têm filhos menores (TAFNER, 2012). Esses fatores explicam, ao menos parcialmente, o fato de o país despender com estes benefícios mais que o triplo da média internacional.

Realmente, o Brasil não é o único país a permitir o acúmulo do benefício, mas é o único que permite sem nenhuma restrição. A permissão brasileira para que o aposentado (ou pensionista) ter outra renda sem qualquer condicionalidade produz um efeito perverso: a renda individual daqueles que recebem benefícios é consistentemente maior do que a dos indivíduos que não tem benefícios (TAFNER, 2012), evidenciando o caráter assistencialista de nosso regime.

Os benefícios assistenciais, particularmente, o LOAS, são um exemplo de como usamos esse sistema como dispositivo para amenizar as diferenças da distribuição de renda no país. Como já mencionado, o LOAS garante um salário mínimo para deficientes ou idosos com idade igual ou superior a 65 anos, com a renda familiar *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo, mesmo que nunca tenham contribuído para o INSS.

Por um lado, do ponto de vista social, o benefício funciona efetivamente. WODON, LEE e SAENS (2002), *apud* ROCHA e CAETANO (2008), evidenciam que a taxa de pobreza da população brasileira idosa é a menor da América Latina, comprovando a eficácia da transferência de renda para essa faixa da população. A alta taxa de cobertura na fase de recebimento de benefício, torna pouco provável que algum idoso não tenha acesso a alguma aposentadoria. Com aproximadamente 90% da sua população idosa coberta por algum sistema de proteção social, a taxa de cobertura dos idosos no Brasil é muito superior à média latino-americana que é em torno de 1/3 da população idosa (ROFMAN e LUCCHETTI, 2006).

Não obstante a eficácia social desse benefício, as despesas com LOAS tiveram crescimento de 1355% em 12 anos, como mostra os dados da tabela 2.2. O total gasto com o LOAS alcançou 0,6% em função do PIB de 2012<sup>16</sup>. Por tamanha evolução, existe uma crível hipótese que esses números continuarão avançando.

CAMARGO e REIS (2007) comprova que, grande parte da causa da evolução do crescimento dos gastos com o LOAS se deve à população que poderia estar contribuindo, mas não o fazem, por ser financeiramente mais lucrativo não contribuir. Um trabalhador que recebeu um salário mínimo durante toda a vida laboral e contribuiu em cima desse salário, receberá o mesmo montante de um beneficiário do LOAS. Portanto, ele é estimulado a manter-se na informalidade, uma vez que, a concessão desse benefício não exige qualquer contribuição prévia para o sistema da previdência. Se a hipótese for correta, o LOAS ao mesmo tempo impele as despesas sobre o pagamento do benefício e implica numa queda do número de contribuintes, reduzindo a fonte de financiamento do sistema.

---

<sup>16</sup> Os dados se restringem à 2012 por carência de fonte de dados nos anos subsequentes.

Adicionando-se ao fato da expansão da cobertura do LOAS, existe o agravante dos sucessivos reajustes reais do salário mínimo nos últimos 20 anos que deve ser levado em conta. De 1994 a 2014 o aumento real do salário mínimo acumulou 142%. Uma vez que de acordo com a Lei 8.213/91, o valor do salário de benefício não pode ser inferior ao salário mínimo, o piso previdenciário é reajustado na mesma proporção, assim como o piso do LOAS. Os reajustes geraram um aumento considerável da remuneração média dos aposentados, que se somou ao crescimento do número de benefícios.

Analisando pela ótica do piso/teto dos salários de benefício, em 2004 o salário mínimo era de R\$ 260 e o teto previdenciário era de R\$ 2400. Em termos relativos o teto representava quase dez salários mínimos. Atualmente com o salário mínimo na casa dos R\$ 724, o teto está em R\$ 4390,24, ou 6,7 salários mínimos. De acordo com *PATU (2013)*, se mantivermos a) um crescimento de 2% a.a em média; b) a política de reajuste do salário mínimo correspondente ao respectivo crescimento da economia mais a inflação; e c) os demais benefícios corrigidos pelo IPCA, o teto do INSS em 2024 atingirá 5 salários mínimos. No ano de 2014 o aumento nominal de 6,8% do salário mínimo representou um impacto de R\$ 12,8 bilhões aos cofres públicos.

De acordo com a *Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COPAB)*, dos 31,5 milhões de beneficiários, 21,4 milhões (69%) de pessoas recebem um salário mínimo. Na assistência social, 100% dos beneficiários recebem salário mínimo. Em 2015, o teto do INSS deverá sofrer reajuste de 6,2% enquanto o piso será reajustado em 8,84% para R\$ 788,00. É importante ressaltar aqui, que está fora de escopo deste trabalho o debate sobre a eficácia do aumento real do salário mínimo. O objetivo é unicamente examinar os números para explicar as diferenças de despesas previdenciárias entre o Brasil e outros países.

*ROCHA e CAETANO (2008)* afirma que o fator de distribuição de renda explica somente 1/4 da diferença entre as taxas proporcionais do PIB brasileiro e as taxas mundiais. Os outros 3/4 são explicados pelas falhas nas regras do sistema previdenciário. A maior parte da diferença tem como origem regras que criam um número excessivo de beneficiários, assim como um valor médio de benefício acima dos padrões internacionais, como já mencionado no caso das pensões por morte.

**TABELA 2.3: IDADE MÍNIMA E DURAÇÃO ESPERADA DE APOSENTADORIA NO BRASIL E GRUPO DE PAÍSES**

	Idade mínima de aposentadoria		Duração esperada da aposentadoria	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
OCDE (29)	63,9	62,6	16,0	20,8
América Latina (7)	62,1	60,4	16,7	20,9
Outros (66)	62,3	59,9	15,8	21,1
<i>RGPS</i>				
Aposentadoria por tempo de contribuição	54,4	51,3	23,0	29,2
Aposentadoria rural por idade	60,0	55,0	19,1	25,9
Aposentadoria urbana por idade	65,0	60,0	15,9	22,1

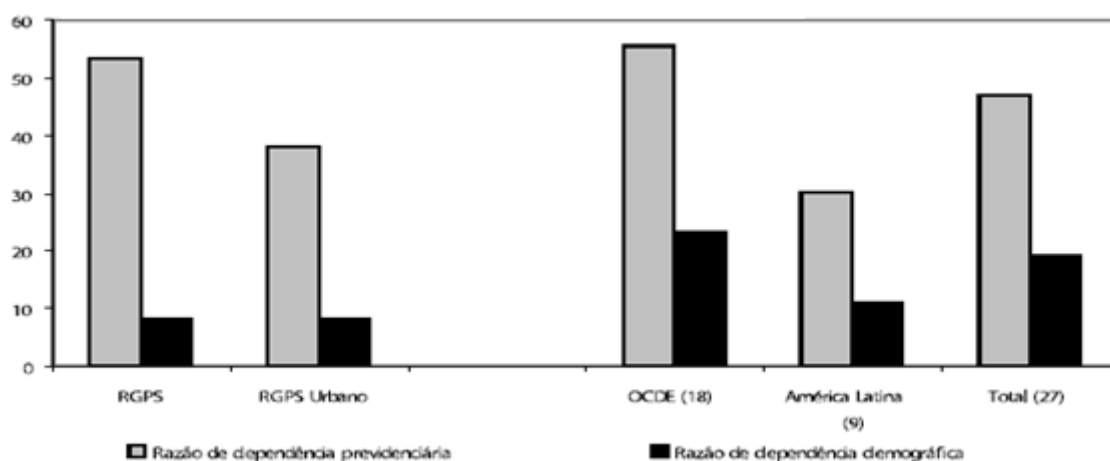
Fonte: ROCHA e CAETANO (2008)

*ROCHA e CAETANO (2008)* compara a idade mínima e duração esperada (tabela 2.3) de aposentadoria do Brasil com outros países. Comprova-se que nas aposentadorias por tempo de contribuição e aposentadoria rural por idade o brasileiro aposenta-se em média 9 e 3 anos antes, respectivamente. Somente no caso de aposentadoria urbana por idade a duração esperada do benefício apresentam semelhança. Em particular no caso das aposentadorias por tempo de contribuição, o início da RMI em média ocorre 10 anos antes e a duração do benefício estende-se por 8 anos a mais em comparação a média mundial.

De acordo com a última projeção demográfica realizada pelo IBGE, em 2042 será o pico populacional brasileiro com quase 230 milhões de habitantes sendo 57 milhões com idade igual ou superior a 65 anos, sendo 55% composta por mulheres. O desdobramento do problema se dá por duas razões. A primeira razão é justamente pelo fato da média por tempo de contribuição das mulheres ser inferior em 3 anos a dos homens (tabela 2.3) . O segundo, agravando o primeiro problema, é que de acordo com a projeção, a população feminina possui uma maior expectativa de vida, protelando em média por mais 6 anos o recebimento de benefício. Portanto, abre-se espaço para a discussão de paridade de idade para início de aposentadoria por tempo de contribuição entre homens e mulheres.

Enfim, o gráfico 2.4 corrobora a inconformidade de nossa previdência ao resto do mundo. A dependência previdenciária<sup>17</sup> em função da dependência demográfica é muito maior em nosso país em comparação aos países da América Latina, com perfil demográfico semelhante, tanto em relação aos países membros da OCDE, ricos e envelhecidos. Caracteriza-se como um país com elevados gastos previdenciários em relação ao PIB para o padrão internacional<sup>18</sup>. Tal realidade é válida não somente para o gasto previdenciário total, mas também para sua decomposição em benefícios programados, pensões por morte e benefícios por incapacidade. Estes fatos são indicativos das falhas no desenho previdenciário, mesmo após a sequência de três reformas citadas no capítulo 1, entre 1998 e 2003.

**GRÁFICO 2.4: RAZÕES DE DEPENDÊNCIA DO BRASIL E GRUPO DE PAÍSES**



Fonte: ROCHA e CAETANO (2008)

A situação ainda é mais problemática quando avaliamos projeções demográficas realizadas pelo IBGE. O topo da pirâmide, que é constituído pelos indivíduos de sessenta anos ou mais, sofrerá grande aceleração no seu aumento relativo, saltando de 10% do total da população em 2010 para quase o dobro em 2030 (19%), e 30% em 2040. A tabela 2.4 apresenta a projeção da evolução de idosos no Brasil.

<sup>17</sup> Entende-se como dependência previdenciária a fração entre o total de beneficiários e o total de contribuintes do regime da previdência.

<sup>18</sup> O primeiro ponto a se observar é que a dependência previdenciária será sempre maior do que a dependência demográfica, independente do país em questão. A causa é peculiar ao regime, pois a previdência concede cobertura não só de população idosa, mas também via benefícios de risco como aposentadoria por invalidez e pensões por morte (ROCHA, CAETANO, 2008).



TABELA 2.4: EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE IDOSOS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

ANO	60+ até 65 anos	65+ até 80 anos	80+ anos
2010	10 %	6,8 %	1,4 %
2020	13,7 %	9,2 %	1,9 %
2030	18,7 %	13,3 %	2,7 %
2040	29,8 %	22,7 %	6,4 %

Fonte: IBGE (2008)

De acordo com a projeção do *IBGE (2008)*, *TAFNER (2012)* estima a razão de dependência em 2050. Enquanto em 1980, para cada idoso com 60 anos ou mais, havia 9,17 pessoas de 15 a 59 anos de idade; em 2010, havia 6,45 pessoas; e em 2050 deverão existir apenas 1,92. Sendo nossa previdência pautada pelo regime de repartição, onde cabe à população em idade ativa sustentar a inativa, o resultado é que haverá cada vez menos pessoas trabalhando e, consequentemente, sustentando o crescente número de idosos. Logo, o volume de receitas diminuirá e, em contrapartida, a despesa subirá.

Se hoje o Brasil está em sua fase de bônus demográfico, com elevado contingente de pessoas em idade ativa, com a razão de dependência em 6,45, já gasta 10% do PIB com previdência social, daqui a 30 anos o volume de despesa nitidamente se elevará. Embora a velocidade de transformação dessas variáveis seja em geral lenta, seus efeitos acumulados são duradouros e irreversíveis (*NAJBERG e IKEDA, 2008*).

### **CAPÍTULO 3. IDEIAS PARA NOVA RODADA DE REFORMAS**

Diante do que foi apresentado, no capítulo anterior, aflora-se uma necessidade de outra rodada de reformas no regime atual. Na literatura contemporânea existem debates acerca das possíveis medidas a serem adotadas tanto endógenas ao sistema, quanto exógenas. Acreditamos que não haja uma fórmula precisa e inexorável, tais quais são defendidas, divididas por um muro no meio, dos autores chamados progressistas e conservadores. Neste capítulo apresentamos em conjunto a proposta de reforma desses dois grupos.

#### **3.1 AS PROPOSTAS**

*Giambiagi (2007), destaca: "Discutir se a Previdência tem déficit ou não é irrelevante. Estamos lidando com um problema real: o Brasil tem regras generosas de aposentadoria e há cada vez mais gente que recebe recursos do Estado, com idades precoces ou tendo feito contribuições escassas. Saber se a receita do imposto X deve ser do INSS ou do Tesouro não tem importância nenhuma para efeitos do que estamos tratando. O problema é real não contábil!"*

Fica claro a retórica do autor em debater apenas o necessário, e não unicamente a existência de déficit ou superávit. Nosso volume de despesas altíssimo é real e precisa urgentemente de uma contenção para pelo menos equacionar, o mesmo, com nossa razão de dependência demográfica. Deixemos de lado uma profunda mudança estrutural do sistema, sustentando a hipótese de um elevadíssimo custo de transição e um grande obstáculo para ser aprovado no Congresso. Sugere-se então mudanças paramétricas complementares as rodadas de reformas do Governo FHC e do Governo Lula.

Diante disso, muitos países se encontram engajados na reformulação dos seus sistemas de previdência, movidos pela assunção de que é melhor aumentar agora os anos de contribuição em relação aos de aposentadoria, criterizar as regras de novos entrantes, bem como reduzir um pouco a taxa de reposição do benefício em relação ao salário, do que, daqui a alguns anos, ser forçado a elevar sobremaneira as contribuições sociais e/ou diminuir o valor dos benefícios previdenciários em manutenção. (AMARO, 2011)

No caso da pensão por morte, como já mencionado, a maioria dos países reduz o montante do seguro no caso de acúmulo com outras fontes de renda, restringe a acumulação de pensão e aposentadoria e encerra a pensão no momento de um novo casamento. Sendo assim, o valor da RMI é sempre 100% do salário de benefício. Portanto, deve-se extinguir a integralidade da pensão por morte e impor condicionalidades que reflitam o grau de dependência dos dependentes (AMARO, 2011). Tais como: ajustar o valor dependendo da idade do beneficiário e do número de dependentes, restringir a possibilidade de acúmulo de pensão e aposentadoria e instituir um período mínimo de contribuição e de casamento para elegibilidade ao benefício.

Em entrevista sobre a redução dos gastos públicos ao jornal - *Valor Econômico em Novembro/14* - a presidente Dilma Rousseff sinalizou que deve efetuar mudanças nas regras de concessão de pensão por morte, seguro desemprego e abono salarial. Segundo o atual Ministro da Fazenda, Guido Mantega: "Vamos (O Governo) trabalhar para reformar essas despesas para que logo estejam em declínio." Percebe-se a preocupação do elevado crescimento desses fatores no que diz respeito ao âmbito da previdência. De acordo com a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos ainda não há um projeto definido. Especula-se que o governo planeja, impor um período mínimo de contribuição para o

segurado para que seus dependentes tenham direito a pensão por morte. Outra ideia é suspender da viúva parte da pensão dos dependentes quando completam a maioridade. A pensão também seria por tempo limitado - não mais vitalícia - e com valor integral restrito a casos especiais. O acúmulo da pensão por morte com outros benefícios também seria extinto<sup>19</sup>.

O progressivo aumento de despesas com LOAS também é um ponto fundamental da próxima reforma. É necessário estabelecer o primado de que o benefício previdenciário deve valer mais que o assistencial, para fazer jus ao esforço contributivo e estabelecer uma hierarquia de incentivos adequada (*GIAMBIAGI et al., 2007*). A segurança de receber o piso assistencial de um salário mínimo sem exigência de prévia contribuição cria uma ideia de que o benefício não contributivo é um substituto ao contributivo, logo, os indivíduos optam por não contribuir a previdência.

A ideia de reforma nessa questão é principalmente uma redefinição do piso assistencial para 75% do piso previdenciário, em vez dos atuais 100% (*GIAMBIAGI et al., 2007*). Destarte a próxima geração de segurados ponderariam a sua decisão de contribuir ou não para a previdência, uma vez que não fazendo parte do grupo de contribuintes, receberiam um montante 25% menor. O objetivo é justamente estimular a contribuição de um maior número de indivíduos para reduzir o impacto no orçamento da Previdência. O que não se pode permitir é que os benefícios assistenciais continuem a ser equiparados aos previdenciários.

(*GIAMBIAGI et al., 2007*) mostra que há outros países com idades de elegibilidade inferiores às do Brasil. O problema é que são países muito pobres, com uma expectativa de vida muito inferior à dos brasileiros e nos quais poucas pessoas chegam aos 65 anos; além do que, o benefício assistencial é muito modesto – US\$ 20 a US\$ 30 por mês, por exemplo. Já no caso brasileiro, com uma cotação de R\$/US\$ 2,00, o piso assistencial de R\$ 380 corresponde a US\$ 190/mês, o que nos coloca em um nível do benefício assistencial de países como Argentina ou Uruguai – onde, adicionalmente, ele é concedido aos 70 e não aos 65 anos.

Além disso, diversos autores deliberam um aumento da idade de elegibilidade de Loas. Quanto menor a idade a partir da qual o cidadão adquire o direito ao benefício, menor será o seu incentivo para a não contribuição (*AMARO, 2011*). A ideia é alcançar a idade de 70 anos antes aos 65 anos atuais, paulatinamente, com uma elevação progressiva de 1 ano a cada 3 anos (*GIAMBIAGI et al., 2007*).

O aumento da idade mínima é uma ideia universal entre os conservadores - não somente aos programas assistenciais - como também para a aposentadoria por tempo de contribuição. Observando a tabela 2.3, percebe-se a discrepância na idade mínima de aposentadoria e as respectivas durações esperadas de fluxo, de forma comparada. O Brasil precisa equiparar-se aos países internacionais. A duração esperada de fluxo da aposentadoria nacional é muito superior à média internacional, logo, de forma a prevenir o inexorável aumento de despesas em 2040, uma forma de contingenciamento é aumentar progressivamente a idade mínima de aposentadoria por tempo de contribuição.

O fim do regime especial para trabalhadores rurais também é discutido. A convergência deve ser um dos critérios para essa nova agenda de reformas. A diferença de idade requerida para aposentadoria deve ser extinta e equiparada aos trabalhadores urbanos.

---

<sup>19</sup> Até o momento de entrega deste trabalho não havia relatos específicos de como seria feita essa reforma proposta. Só haviam especulações.

No que diz respeito à diferença de idade entre homens e mulheres na hora de se aposentar, *FERREIRA(2007)* apresenta uma amostragem de países em que apenas Polônia e Suíça possuem idades distintas entre gêneros. Em seu trabalho, analisa as reformas empreendidas por países da OCDE, concluindo que a opção predominante foi pelo corte de despesas mediante a implantação das reforma simultânea de aumento da idade da aposentadoria para ambos os sexos e a paridade da idade mínima entre homens e mulheres. As novas regras para a obtenção de benefícios de aposentadoria (idade e tempo de contribuição) e pensões por morte devem estar alinhadas com as regras existentes em outros países, especialmente aqueles que já realizaram suas reformas e caminham para uma situação de eliminação ou minimização de déficits estruturais. (*TAFNER, 2012*)

A crescente participação da mulher no mercado de trabalho juntamente com sua maior expectativa de vida, comparativamente aos homens, são suficientes para justificar o fim ou a redução desse privilégio a elas concedido, na medida em que se busca o equilíbrio atuarial do sistema (*Monografia UNICAMP, 2004*). Atualmente no Brasil tem direito a aposentadoria por idade os trabalhadores urbanos a partir dos 65 anos para os homens e a partir de 60 anos para as mulheres desde que cumprida a carência exigida. Já a aposentadoria por tempo de contribuição exige 35 anos para o homem e 30 para a mulher. A proposta à nova reforma é portanto: a convergência - tanto no caso da aposentadoria por idade quanto no caso da aposentadoria por tempo de contribuição - das idades mínimas e tempo mínimo de contribuição. No caso, como proposto por (*GIAMBIAGI et al., 2007*), a mudança será de forma gradual, de forma que a cada cinco anos, será acrescentado 1 ano para as mulheres em ambos os casos. Ao fim dessa política ao final de 25 anos, haverá paridade entre os sexos. Dessa forma, será reduzida a precocidade das aposentadorias em geral, diminuindo o volume de despesas da Previdência.

No que tange à indexação dos benefícios ao salário mínimo, todas aposentadorias do piso ao teto tem de ser indexadas a inflação, colocando assim um ponto final a superindexação do piso previdenciário (*GIAMBIAGI et al., 2007*). O fim da indexação eliminaria a pressão estrutural representada nos últimos 20 anos, reduzindo a fonte de crescimento da despesa. O objetivo futuro associado a esse segmento da população será preservar os seus rendimentos protegidos da inflação, mas sem novos aumentos reais da remuneração.

Em uma breve comparação internacional, dentre Alemanha, Bélgica, Canadá, EUA, Espanha, França, Japão, Noruega e Reino Unido, apenas a Alemanha indexa seus benefícios previdenciários pela variação da massa salarial da economia. Os demais utilizam índices de preços. (*FERREIRA, 2007*). As mudanças não serão retroagidas ou seja, não afetariam os aposentados e pensionistas. Seriam apenas aplicadas sobre os novos trabalhadores entrantes. Além do mais as mudanças seriam aplicadas com lenta progressividade (*AMARO, 2011*).

Algumas reformas microeconômicas podem também gerar resultados para gerar incentivo para a formalização do trabalho. O ser humano é movido pelo incentivo, um exemplo seria a introdução de crédito consignado para trabalhadores com carteira assinada. Como a taxa de juros desse tipo de crédito é significativamente menor que as taxas de juros de outros tipos de crédito para pessoas físicas, essa reforma tente a aumentar o ganho da formalização, sem aumentar o custo para o empregador (*CAMARGO e REIS, 2007*).

"Da mesma forma, a possibilidade de utilização dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia em empréstimos pessoais no sistema financeiro, seja para aquisição de casa própria, seja para qualquer outra finalidade, poderia aumentar os benefícios da formalização sem aumentar seus custos" (*CAMARGO e REIS, 2007*).

Outra proposta de reforma no *modus operandis* do FGTS é expressa em (CAMARGO e REIS, 2007): lograr permissão ao trabalhador de ter acesso aos 8% depositados pelo empregador em sua conta, assim que o montante de recursos acumulados atingir um determinado valor ou período. Uma vez que o rendimento do FGTS é menor que as taxas de juros oferecidas no mercado, acredita-se que essa política estimule de forma significativa sem aumentar o custo para o empregador. "Isto reduziria o incentivo à informalidade e compensaria em parte o ganho da não contribuição".

O próprio governo Brasileiro está tomando medidas pontuais para estimular a formalização. Em Junho/14 foi lançada uma campanha publicitária a fim de atrair novas inscrições para o programa de Micro Empreendedor Individual (MEI). A campanha foi veiculada em rádio, TV, e jornais no país durante 10 dias. O MEI foi estabelecido em 2009 pela Lei Complementar 128/08 para facilitar e incentivar a formalização do trabalho. Segundo o Ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) Guilherme Afif: "Além de estimular a formalização, a campanha buscar destacar a importância da legalização para o ambiente do negócio, para a proteção social e para a melhoria da qualidade de vida do cidadão". A veiculação de propaganda massificando a informação da importância da formalização é também uma ferramenta eficiente.

Obviamente, os defensores dessas políticas formam um grupo pequeno no Congresso. Afinal, trata-se de uma medida de restrição de direitos e vantagens aos cidadãos que trabalham e contribuem, pensando desfrutar um dia do benefício da aposentadoria. "Tendo em vista que a maioria dos trabalhadores se sujeita ao regime de repartição, é difícil anunciar e imprimir leis estabelecendo que a geração futura recebera menos que a geração passada, ou que pagarão mais que a geração passada" (AMARO, 2011). Como afirma TAFNER (2005): "Precisamos restabelecer o equilíbrio das contas e isso só pode ser feito por um grupo que tenha a coragem de propor reformas impopulares".

A reforma na previdência social necessita ser inserida na agenda política nacional. "O dinheiro que cobre as despesas do regime poderia ser investido em melhoria da infraestrutura, educação e saúde. O BID afirma que "se todos os países da América Latina amenizarem seus sistemas previdenciários, a economia da região crescerá 2 pontos percentuais a mais do que cresce hoje" (Estado de São Paulo, 2014). Não se pode esperar que o alto volume de despesas seja eliminado no curto prazo. A previdência brasileira administra um dos maiores programas de renda mínima do mundo. Uma proposta para um novo modelo deve ser consistente e capaz de assegurar uma previdência equilibrada no médio e longo prazo.

Em um sistema de repartição simples as reformas devem ser constantes de acordo com mudanças demográficas, mercado de trabalho, crescimento da economia. Passados 16 anos da primeira reforma de 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, alguns resultados são notáveis. Ocorreu a redução da taxa de crescimento do déficit, foi elevada a idade média de concessão de aposentadoria por tempo de serviço, houve queda na taxa de crescimento das aposentadorias emitidas, além de diminuição do valor médio das aposentadorias por tempo de contribuição. No entanto em comparação ao resto do mundo, tanto o volume de despesa global tanto em relação a benefícios específicos o Brasil se situa muito distante do padrão internacional.

## CAPÍTULO 4. CONCLUSÃO

Os dados de despesa previdenciária apresentados ao longo do trabalho transparecem uma má administração dos recursos públicos dentro do INSS e as presentes falhas nas regras atuais de concessão e de elegibilidade de beneficiários.

As ideias de reformas expressas consistem num novo desenho de regras para ajustar o atual regime a nova realidade. Obviamente se trata de uma questão delicada. Uma vez que são medidas que afetarão as gerações a um passo de serem elegíveis ao benefício, a previdência social se tornou um tabu político. A tendência natural do governo no poder é delegar a função da reforma ao governo póstumo. Porém, as mudanças tendem ser cada vez mais difíceis se continuarem a ser adiadas, com um custo alto para o Brasil.

A presidente Dilma Rouseff já reconhece que o país não escapa de uma reforma na seguridade social. Por enquanto, estão sendo idealizadas propostas menos polêmicas como a redução de gastos com auxílio doença e invalidez, correção de distorções na concessão de pensões, rigor nas regras para a concessão do seguro-desemprego e do abono salarial. Mas será inevitável uma agenda paramétrica mais radical para equilibrar as contas.

Como expõe *ROCHA e CAETANO, (2008)*: "Pode parecer paradoxal, mas o melhor caminho para a sobrevivência do sistema previdenciário será uma expressiva reforma, que o adapte à boa prática internacional. Insistir na manutenção das regras atuais implicará aumento da sua insolvência e corresponderá à rota mais rápida e eficaz para sua decadência"

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, L. E.; ZYLBERSTAJN, H.; SOUZA, A. P. **Mudanças na Previdência Social: Uma Avaliação dos Efeitos de Reformas Paramétricas no RGPS**. Revista Economia, Selecta, Brasília, DF, v.7, n.4, p.37-69, Dezembro 2006. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p37\\_69.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p37_69.pdf)> Acesso em: 11/11/2014

AMARO, M. N. **Terceira Reforma da Previdência: Até Quando Esperar?**. Centro de Estudos da Consultoria do Senado, Texto para Discussão 84, Fevereiro 2011. Disponível em: <[http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3\\_111004-135036-130.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_111004-135036-130.pdf)> Acesso em: 11/11/2014

**Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), 2012**. Brasília, DF, v.21, p.1-888. Disponível em: < [http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/AEPS\\_2012.pdf](http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/AEPS_2012.pdf)> Acesso em: 11/11/2014

**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**. Disponível em: [www.anfip.org.br](http://www.anfip.org.br)

BARROS, R. P.; CARVALHO, Mirela de. A Política Social Brasileira. In: URANI, A.; ROURE, M. (Org.) **Investimento Privado e Desenvolvimento: Balanço e Desafios**. Rio de Janeiro, SENAC Rio, 2005, p. 109-131

BARROS, R. P.; Henriques, R.; Mendonça, R. **Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.15, n.42, Fevereiro de 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741.pdf>> Acesso em: 11/11/2014

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A. **A Dinâmica Populacional Brasileira e a Previdência Social: Uma descrição com Ênfase nos Idosos**. OS. Escola Nacional de Ciências e Estatística (ENCE), IBGE, 1999, RELATÓRIO TÉCNICO, N.1. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv366.pdf>>. Acesso em: 11/11/2014

BRASIL. **Constituição Federal Título VIII: DA ORDEM SOCIAL, Art. 194 e 195**. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao\\_constituicao\\_federal.pdf](http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_constituicao_federal.pdf)> Acesso em:

BRASIL. **Lei Nº 8.213/Jul-91, Art. 2º, Art. 29 § 2º e Art. 29-B**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)> Acesso em:

BRASIL. **Lei nº 12.618, de 30 de Abril/2012**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12618.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12618.htm)> Acesso em:

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 20, de 15 de Dezembro de 1998**. Modifica o sistema da previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm)>. Acesso em:

BRASIL. **Lei nº 9.876, de 26 de Novembro de 1999**. Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9876.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9876.htm)>. Acesso em:

BRASIL. **Emenda Constitucional, nº 41, de 19 de Dezembro de 2003**. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc41.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc41.htm)> Acesso em:

BRASIL. **Emenda Constitucional, nº 47, de 5 de Julho de 2005**. Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm)> Acesso em:

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)> Acesso em: 12/11/2014

CAETANO, M. A. **Por que a previdência social brasileira gasta tanto com o pagamento de pensões por morte?**. Brasil Economia, Agosto 2011. Disponível em: <[http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2011/08/por-que-a-previdencia-social-brasileira-gasta-tanto-com-o-pagamento-de-pensoes-por-morte\\_.pdf](http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2011/08/por-que-a-previdencia-social-brasileira-gasta-tanto-com-o-pagamento-de-pensoes-por-morte_.pdf)>. Acesso em: 11/11/14

CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. **Previdência no Brasil: Debates, Dilemas e Escolhas**. Lei Orgânica da Assistência Social: Incentivando a Informalidade, IPEA, Capítulo 7, Março 2007. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq15\\_Cap07Leorganica\\_\\_21.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq15_Cap07Leorganica__21.pdf)>. Acesso em: 11/11/14

**Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COPAB)**. Disponível em: <[www.cobap.org.br](http://www.cobap.org.br)>

DELGADO, G. C.; QUERINO, A. C.; RANGEL, L.; STIVALI, M. **Avaliação de resultados da lei do fator previdenciário**. Texto para discussão 1161, IPEA, 2006. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1161.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1161.pdf)> Acesso em: 11/11/2014

\_\_\_\_\_. **Reforma da Previdência é Vital**. Estadão, Opinião, São Paulo. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,reforma-da-previdencia-e-vital-imp-,1126060>>

FERREIRA, S. G. **Previdência no Brasil: Debates, Dilemas e Escolhas**. Sistemas de Previdência em Países Industrializados: A Crise e suas soluções, IPEA, Capítulo 4, Março 2007. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq11\\_Cap04Sistemasprevidencia\\_\\_21.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq11_Cap04Sistemasprevidencia__21.pdf)>. Acesso em: 11/11/14

GENTIL, D. L. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira - Análise Financeira do Período 1990-2005**. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, Setembro 2006. Disponível em: <[http://www.corecon-rj.org.br/ced/tese\\_previdencia\\_denise\\_lobato.pdf](http://www.corecon-rj.org.br/ced/tese_previdencia_denise_lobato.pdf)>. Acesso em: 11/11/2014



GIAMBIAGI, F. **Em Defesa do Fator Previdenciário**. Apresentação feita na Comissão de Finanças do Congresso Nacional para tratar de projeto de lei modificando o fator previdenciário. Brasília, Abril 2009. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cft/eventos/audiencias-publicas/realizadas-em-2009-1/02-04-09-extincao-do-fator-previdenciario-tecnicos-1/Apresentacao%20FABIO%20GIAMBIAGI.pdf>>. Acesso em: 11/11/2014

GIAMBIAGI, F.; ZYLBERSTAJN, H.; AFONSO, L. E.; SOUZA, A. P.; ZYLBERSTAJN, E. **Impacto de Reformas Paramétricas na Previdência Social Brasileira: Simulações Alternativas**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.37, n.2, Agosto 2007. Disponível em: <[http://www.fea.usp.br/feaecon//media/livros/file\\_125.pdf](http://www.fea.usp.br/feaecon//media/livros/file_125.pdf)> Acesso em: 11/11/2014

GIAMBIAGI, F. In: FRAGANI E.; CARDOSO, J.C. **Falácias sobre o "Déficit" da Previdência**. Folha de São Paulo, Agosto 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12876828/Debate-Giambiagi-vs-Fagnani-Sobre-a-Previdencia>> Acesso em: 11/11/2014.

PATU, G. **Em uma década, teto da Previdência cai de dez para seis salários mínimos**. Dinheiro Público & Cia, Folha de São Paulo, Dezembro 2013. Disponível em: <<http://dinheiropublico.blogfolha.uol.com.br/2013/12/22/em-uma-decada-teto-da-previdencia-cai-de-dez-para-seis-salarios-minimos/>>

ROCHA, R. R.; CAETANO, M. A. **O Sistema Previdenciário Brasileiro: Uma Avaliação de Desempenho Comparada**. Texto para Discussão nº 1331, IPEA, Março 2008. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1490/1/TD\\_1331.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1490/1/TD_1331.pdf)> Acesso em: 11/11/2014

ROFMAN, R.; LUCCHETTI, L. **Pension systems in Latin America: Concepts and measurement of coverage**. Social Protection. Washington, DC: World Bank, 2006 (Discussion Paper, n. 0616).

NAJBERG, S.; IKEDA, M. **Previdência no Brasil: Desafios e Limites**. Artigo para o BNDES. Disponível em: <[http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/c-onhecimento/livro/eco90\\_08.pdf](http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/c-onhecimento/livro/eco90_08.pdf)> Acesso em: 11/11/2014

TAFNER, P. **Desafios e Reformas da Previdência Social Brasileira**. Revista USP, São Paulo, n. 93, p. 137-156, Março, Abril, Maio 2012. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/revusp/article/download/45008/48621](http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/45008/48621)> Acesso em: 11/11/2014

TAFNER, P. **Previdência no Brasil: Debates, Dilemas e Escolhas**. O Contexto do Debate sobre a Previdência Social, IPEA, Capítulo 1, Março 2007. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq06\\_Parte1contexto\\_21.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq06_Parte1contexto_21.pdf)> Acesso em: 11/11/2014

TAFNER, P. In: WOLFFENBÜTTEL, A. **Previdência - Futuro em Jogo**. Artigo para IPEA, Ano 2, Ed. 15, Outubro 2005. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=951:rep-ortagens-materias&Itemid=39](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=951:rep-ortagens-materias&Itemid=39)> Acesso em: 11/11/2014

WODON, Q. T.; LEE, K.; SAENS, C. **Poverty and inequality in Latin America: 1986-1998**. Washington, DC: World Bank, 2002. Mimeo.